



A atracção do abismo

Está aprovado o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações para a função pública. Suscita a muitos perplexidades, receios de falta de transparência e de conflitualidade. Com razão.

Antecipo que o novo regime não vai contribuir para uma Administração imparcial, ao serviço da sociedade e do cidadão. Por quatro ordens de razões:

Em primeiro lugar, os cargos dirigentes superiores da Administração são hoje muito politizados, cessando os mandatos dos seus titulares com as mudanças de Governo. São estes dirigentes que vão decidir, em larga medida discricionariamente, a vida profissional dos funcionários. Prepararão os mapas de pessoal, que significam continuidade no posto de trabalho ou despedimento, decidirão do nível de remunerações a praticar, das habilitações legais que poderão ser dispensadas, das remunerações individuais contratualizadas caso a caso, das avaliações de desempenho com todas as implicações na compensação e no futuro profissional... A nova função pública vai viver na dependência e na sombra do poder político do momento, receosa do seu futuro. Não serão só os

cargos dirigentes que serão politizados: é toda a estrutura do Estado. Há razões para pensar que, daqui para frente, os funcionários vão viver mais preocupados com o seu emprego, a sua sobrevivência económica e a da sua família do que com a missão de serviço público, isento, imparcial, essencial para a democracia e sociedade quando há rotação democrática no poder.

A segunda razão é a de que iremos ter uma Administração sem administradores. Prevê-se no novo regime a nomeação para funções de soberania, de justiça, de defesa e segurança, de representação externa. Num Estado regulador importa, para além destas funções, a missão de apoio à concepção e formulação das políticas, que exige cada vez mais um grupo de profissionais altamente qualificados, com espírito de missão, guiados por valores de ética e imparciali-

A nova função pública vai viver na dependência e na sombra do poder político do momento

dade. Tenho defendido a necessidade da criação, no novo quadro, de uma carreira de administradores públicos, superprofissionais e preparados para lidar com as tarefas de concepção, de apoio técnico-legislativo, num mundo em mudança acelerada e numa Administração em transição. A existência de uma alta função pública com este profissionalismo, imparcialidade e fundada nos valores de serviço público, é cada vez mais uma marca da qualidade das Administrações Públicas mais desenvolvidas.

A terceira razão tem a ver com o esvaziamento de competências da Administração, o que ocorre sem que tenha havido uma discussão de fundo. Os contratos de tarefa far-se-ão, no futuro e em regra, com empresas e entidades colectivas. Pode-se antever que serão contratualizadas numerosas tarefas com gabinetes de advogados, de consultores, de peritos, um pouco como hoje já vem ocorrendo, colocando-se a Administração numa situação de dependência, esvaziando-a de pensamento, de saberes e competências que são importantes para a qualidade da decisão pública. A recente polémica sobre o novo aeroporto de Lisboa e a intervenção do LNEC evidenciam o valor insubstituível de um serviço público de qualidade.

A quarta razão tem a ver com a falta de clareza do diploma, o que dificultará a sua aplicação com as necessárias certeza e segurança jurídicas.

Num país em que se sente um difuso mal-estar e a degradação da confiança no sistema político, receando-se que o aparelho de Estado seja sistematicamente assaltado pelas influências dos partidos políticos, tal com no relatório recente da SEDES foi expressado, a aprovação deste diploma mais parece ditada por uma irracional atracção do abismo do que por uma opção consciente por um modelo alternativo, possível, com recurso a outros caminhos. Não deixa de angustiar ver a governação percorrer uma senda tão ariscada, cujos perigos se antecipam, naquilo que tem a ver com a dimensão essencial de serviço público. ▣

* Secretária de Estado da Modernização Administrativa, de 1987 a 1995

